

1 Introdução

1.1. O tema

O tema desta pesquisa é deduzido de dois grandes horizontes teológicos: cristologia e diálogo inter-religioso. A perspectiva cristológica se concentra, principalmente, na categoria Reino de Deus. O tema, amplo e complexo, do diálogo inter-religioso é estudado, principalmente, a partir do paradigma pluralista.

Uma vez feita esta opção, o intuito é mostrar que na categoria Reino de Deus há elementos relevantes para uma compreensão de Deus, sempre a partir de Jesus Cristo, capaz de contribuir para uma teologia cristã do diálogo entre com as diversas tradições religiosas.

O tema Reino de Deus está intimamente relacionado com os debates em torno da cristologia do século passado. Foi nesse período que o Reino assumiu lugar importante na abordagem cristológica. Disso resultam algumas perspectivas interessantes: o discurso cristológico também precisa considerar fortemente a realidade histórica de Jesus, ou seja, ater-se aos acontecimentos que se referem a Jesus de Nazaré. E Jacques Dupuis tem uma visão bastante interessante sobre esse aspecto:

Seguindo o desenvolvimento já em vigor na reflexão cristológica do Novo Testamento, a cristologia deve começar de 'baixo', não do 'alto', ou seja, da pessoa do Verbo preexistente no mistério de Deus. Mas é igualmente verdade que, para ser integral e completa, a cristologia vinda de baixo deve levar, por meio do dinamismo intrínseco próprio da fé, a uma cristologia vinda do alto, ou seja, uma cristologia que não pare no ser humano de Jesus em quem "Deus está presente e operante" (cf. At 2, 22), mas suba, segundo a reflexão cristológica joanina, para o mistério da pessoa do Verbo de Deus preexistente, que se fez homem em Jesus Cristo. (Jo 1, 1-14).¹

Essa capacidade de articular a história humana de Jesus, sua obra no mundo, seu caráter integralmente humano e, da mesma forma, integralmente divino

¹ Jacques DUPUIS. *O cristianismo e as religiões*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 203.

continua sendo a base para uma cristologia que se mostra fiel à intuição revelada na tradição bíblica e assumida ao longo da história, pela Tradição.

Os debates cristológicos recentes têm insistido no resgate da atuação de Jesus. Procuram àquela cristologia inerente a sua pessoa, contida em sua mensagem, que se depreende do seu comportamento. A presente pesquisa se apoia no conjunto da exegese e da cristologia que considera ser possível chegar até Jesus e aos elementos confiáveis da sua atuação histórica, não obstante a mediação hermenêutica elaborada pelas comunidades que produziram os textos do Novo Testamento.

A partir dessa convicção se assume que o Reino de Deus é parte integrante e central do ministério público de Jesus. É a partir desse entendimento que se busca elementos para estabelecer uma cristologia do diálogo com as demais tradições religiosas.

O diálogo se impõe, cada vez mais, a partir da constatação plural da realidade, também no que se refere à religião. Na verdade, o pluralismo religioso não é coisa nova. Faz parte da história humana. O cristianismo, desde a época apostólica, teve que adequar sua mensagem, que nasceu num contexto judaico, às diversas percepções religiosas mescladas na cultura helênica. Porém, a partir das últimas décadas há um fato novo:

Nunca como antes, o mundo atual se dá conta de que estamos situados em contextos de pluralidades. O fato do pluralismo, por si, se impõe como apelo ético de aceitação e de acolhida das pessoas, dos grupos que se apresentam diferentes e divergentes pelo modo como assumem sua visão de mundo, seu posicionamento moral, sua opção religiosa, sua identidade sexual, sua etnia e seus padrões culturais.²

A novidade, como observa Dupuis, está na consciência mais aguda que o mundo adquiriu sobre o pluralismo das culturas e das tradições religiosas, sempre solicitando, quando não exigindo, respeito às diferenças próprias de cada uma delas.³ Não há outro caminho, senão o do diálogo.

² Márcio Bolda da SILVA. A práxis moral de Jesus e os diferentes estigmatizados. *Encontros Teológicos*, 56 (2010). p. 76.

³ Cf. J. DUPUIS. *O cristianismo e as religiões*. p. 273.

1.2. O problema

A sensibilidade para o diálogo tem ocupado a teologia cristã de maneira geral. As respostas classicamente concebidas⁴ têm sido gradativamente abandonadas.

De maneira mais específica, a teologia católica começou a se ocupar dessa questão a partir do Vaticano II. O resultado tem sido o surgimento de diversas perspectivas de abordagens, com inúmeros paradigmas que formam, num sentido muito amplo, a Teologia das Religiões, ainda em busca de um estatuto epistemológico mais preciso.

Atualmente ocupa espaço relevante o paradigma pluralista sobre o fenômeno religioso e o diálogo inter-religioso. As abordagens não são uniformes e variam de autor para autor. Duas grandes perspectivas dominam a discussão dentro desse paradigma: aquela que busca elaborar uma teologia das religiões na perspectiva do diálogo; e a outra que busca desenvolver uma teologia cristã em vista do diálogo inter-religioso.

Na vertente pluralista da teologia das religiões o cristianismo, concebido também a partir da Igreja, é colocado em relação com as outras tradições religiosas. No conjunto das principais teses desse tipo de abordagem sobressai a convicção de que todas as religiões oferecem, para seus seguidores, caminhos autônomos e suficientes de salvação. Essa vertente sustenta, de forma geral, o igual valor de verdade existente entre todas as religiões. O diálogo não precisa, e nem convém que seja feito assim, ser proposto a partir das considerações das diferenças, mas, sobretudo, na busca daquilo que há de comum entre as diversas tradições religiosas. Faz parte dos objetivos dessa vertente a busca de consensos específicos no que tange a nomeação de Deus. O princípio norteador é, fundamentalmente, que todas as religiões se referem o mesmo e único Deus.

⁴ O Documento da Comissão Teológica Internacional faz uma síntese: “Cristo contra as religiões, nas religiões, acima das religiões, junto às religiões. Universo eclesiocêntrico ou cristologia exclusiva; universo cristocêntrico ou cristologia inclusiva; universo teocêntrico com uma cristologia normativa; universo teocêntrico com uma cristologia não-normativa. Alguns teólogos adotam a divisão tripartite *exclusivismo, inclusivismo, pluralismo*, que se apresenta como paralela a outra: *eclesiocentrismo, cristocentrismo, teocentrismo*.” (COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *O cristianismo e as religiões*. São Paulo: Loyola, 1997. n. 9).

Como observa J. Ratzinger:

Trata-se de uma persuasão bastante difusa não somente nos âmbitos teológicos, mas também nos setores sempre mais vastos da opinião pública católica e não só, especialmente aquela influenciada pela orientação cultural hoje prevalecente no Ocidente, que se pode definir, sem medo de ser desmentido, com a palavra *relativismo*.⁵

O paradigma pluralista é constantemente tentado a ceder ao relativismo. Assim, o diálogo significa encontrar meios adequados para colocar no mesmo plano de compreensão justamente aquilo que é próprio e singular em cada tradição religiosa. As divergências são superadas com impostações hermenêuticas muito específicas, cujo intuito é tornar relativas as singularidades determinadas.

No caso específico, esse paradigma atinge a teologia cristã forçando-a ao relativismo no que tange à interpretação do papel da Igreja e, principalmente, descaracterizando elementos fundamentais da cristologia. Essa é, sem dúvida, a grande problemática encontrada em muitas reflexões sobre o tema do diálogo inter-religioso: estabelecer a importância e a relevância de Jesus Cristo.

A outra perspectiva do paradigma pluralista leva em conta as singularidades próprias das religiões. No cristianismo tal postura é concebida como teologia cristã do pluralismo religioso em vista do diálogo.

Parte-se da sensibilidade e da convicção da impossibilidade de se desenvolver um diálogo verdadeiramente construtivo sem tomar a sério o que é próprio de cada tradição religiosa.

Falando especificamente do cristianismo, Dupuis argumenta nesses termos:

Uma teologia cristã do pluralismo religioso não pode ser formulada *a priori* ou construída sobre princípios basilares exclusivamente marcados pela sensibilidade da consciência hodierna, sem fazer referência aos vinte séculos passados de interação entre o cristianismo e as outras tradições religiosas. Mesmo que resulte em evidente contradição com o passado, o presente não é totalmente independente ou sem relação com a tradição.⁶

A proposta desta pesquisa é contribuir teologicamente com o tema do diálogo inter-religioso, preservando o valor e a singularidade daquilo que é próprio e irrenunciável ao cristianismo.

⁵ Joseph RATZINGER. *In occasione della presentazione della dichiarazione “Dominus Iesus”*. In. http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20000905_dominus-iesus-ratzinger_it.html (acessado em 27 de outubro de 2014).

⁶ Jacques DUPUIS. *Verso una teologia cristiana del pluralismo religioso*. Queriniana: Brescia, 4 ed. 2003. p. 9.

1.2.1. O Reino

O Reino de Deus consiste no tema central da pregação de Jesus. E o modo como se articula Reino e Jesus é tema controverso desde o avanço da pesquisa sobre o Jesus histórico. Muitos enfoques e muitas teses têm sido propostas: o Reino é uma categoria política na atuação histórica de Jesus e tornada espiritual somente no contexto pós-pascal (Reimarus); a pregação do Reino é construída na vertente da apocalítica judaica (Loisy e Weiss); o Reino, tal como está descrito nos Evangelhos, é produto da comunidade pós-pascal, cuja relação com a atuação histórica de Jesus não pode ser comprovada (Bultmann); o Reino de Deus é diluído no Reino de Cristo no processo de elaboração da cristologia pós-pascal radicalizada na escatologia da consumação do mundo (Schweitzer); o Reino mantém o específico da atuação histórica de Jesus, não obstante as elaborações pós-pascais (Jeremias e Meier).

Esse último enfoque é o que há de prevalecer, com variantes distintas, também no campo da cristologia sistemática mais recente (Pannenberg, Moingt, Moltmann, Kasper entre outros). É também essa a compreensão que predominará no desenvolvimento desta pesquisa.

Não obstante a pluralidade de enfoques, assume-se a possibilidade de estabelecer uma relação efetiva entre a lembrança da comunidade, que tematiza o Reino de Deus, em franca sintonia com a atuação histórica de Jesus. Uma relação de equilíbrio que constitui a base da cristologia neotestamentária. Assim, a cristologia não se reduz apenas em elaboração teológica a partir dos testemunhos dados a respeito de Jesus, mas se torna reflexão ordenada a partir da experiência do próprio Jesus.

Vencidos certos otimismo, o da Teologia Liberal, por exemplo, e alguns pessimismos, como o da Teologia Querigmática, o Reino de Deus se torna a categoria bíblico-teológica que oferece elementos sólidos apoiados na própria ação de Jesus.

A relevância do Reino de Deus como categoria proposta para o diálogo inter-religioso está justamente na possibilidade de retomar à Jesus e sua centralidade para o próprio cristianismo num enfoque diverso daquele explicitado na doutrina e na cristologia dogmática.

É preciso acentuar bem esse aspecto, desenvolvido no terceiro capítulo. Não se trata de caminhos opostos, mas perspectivas diferentes. A cristologia que sustenta a doutrina é pedagógica porque norteia e esclarece o modo próprio do ser cristão. Sua importância é verificada *ad intra* da experiência religiosa cristã. O Reino oferece um conteúdo cristológico que suscita de forma mais intensa, uma dimensão experiencial de Deus na forma de expressar a fé.

Não parece equivocado dizer que a cristologia doutrinária, que se ocupa de construir e interpretar o dogma, é o produto elaborado da compreensão religiosa. Ajuda, entre outras coisas, a evitar erros. É sempre verdadeira e correta no que diz e não pode ser relativizada. Mas, da mesma forma, é lícito assumir que a cristologia do Reino, embora não seja exclusiva, é mais fundamental e, consideradas as reservas feitas anteriormente, se torna uma referência provocadora da experiência de Deus e da sua vontade. Trata-se de uma cristologia aberta, *ad extra*, que aponta de maneira explícita para Jesus.

A tese em questão tem como intuito apresentar a cristologia do Reino de Deus como a mais adequada para estabelecer o modo cristão de dialogar com as demais tradições religiosas.

Mas é preciso fazer um alerta sobre a forma como o Reino de Deus será tematizado. Em algumas vertentes da teologia cristã é comum uma visão bastante secularizada do Reino, fazendo uma espécie de oposição de superação ao eclesiocentrismo e ao cristocentrismo. Há quem considere Igreja e Jesus Cristo como fatores de divisão entre as pessoas e as religiões. O caminho natural seria o teocentrismo. Mas, objetivamente, também Deus se torna fator de divisão entre as religiões.

Diante desse quadro, o Reino é proposto como o modo possível de superação dos limites impostos pelo eclesiocentrismo, cristocentrismo e o teocentrismo. Segundo esse modo de pensar, a meta histórica de Jesus pode ser assumida pela humanidade a despeito, inclusive, do próprio Jesus que já cumpriu sua missão quando anunciou o Reino. Então o grande objetivo do cristianismo, e com ele as demais religiões, conforme sintetiza J. Ratzinger na sua crítica a esse modelo reinocêntrico, é trabalhar para a implementação constante do Reino que se

expressa num mundo onde se torna determinante a paz, a justiça e o respeito mútuo.⁷

Esse reinocentrismo tem sua nobreza quanto aos propósitos: aproximar as religiões em vista de projetos comuns à humanidade; universalizar, ainda que de forma secular, a mensagem de Jesus. Mas surgem algumas questões: o conteúdo do Reino de Deus tem valor se nele não estiver implicado diretamente o próprio Jesus Cristo? É mesmo correto imputar a Jesus um papel funcional em relação ao Reino? Não é Jesus que dá o significado da paz desejada no Reino?

Para Ratzinger o projeto reinocêntrico se converte em mais um projeto humanístico característico desde a época moderna:

O que se mostra é sobretudo o seguinte: Deus desapareceu, do que se trata é apenas do homem. O respeito perante as tradições religiosas é apenas aparente. Na realidade, elas são vistas como uma quantidade de hábitos que podem ser permitidos aos homens, embora em última instância não contem para nada. A fé, as religiões, têm apenas como finalidade objetivos políticos. Pois na verdade o que conta é única e exclusivamente a organização do mundo. A religião conta apenas na medida em que pode, para esse efeito, oferecer alguma ajuda.⁸

No desenvolvimento desta pesquisa o Reino não será entendido em chave reinocêntrica. Na verdade o Reino será assumido como o meio para melhor evidenciar a centralidade de Jesus Cristo e sua relevância irrenunciável para uma teologia cristã em vista do diálogo inter-religioso.

1.3. A exposição do tema

Essa pesquisa é fruto de estudos bibliográficos que procurou se concentrar sobre o Reino de Deus, sobre o tema do pluralismo religioso e o diálogo entre as religiões. O resultado das leituras e estudos é apresentado como uma tese dissertativa construída em cinco capítulos.

O primeiro capítulo estuda a relação entre Reino de Deus e Igreja e sua importância para o diálogo. Parte-se do princípio amplamente fundamentado na literatura cristológica de que Jesus se ocupou de anunciar o Reino e desse anúncio

⁷ Cf. Joseph RATZINGER. *Jesus de Nazaré*. São Paulo: Planeta, 2007. p. 63.

⁸ Ibid. p. 64.

surge também a Igreja. Ao longo da história do cristianismo a relação entre um e outro passou por diversos entendimentos: proximidade; complementariedade; identidade; diluição do Reino na Igreja; funcionalidade sacramental da Igreja em relação ao Reino.

O intuito não é identificar pormenorizadamente cada uma dessas etapas. Para essa pesquisa importa perceber e dissertar sobre tal relação somente a partir da eclesiologia elaborada no contexto do Concílio Vaticano II em diante. Isso se explica: Reino e Igreja são abordados em perspectiva do diálogo inter-religioso, que é um fato recente na teologia cristã.

O tema desenvolvido no primeiro capítulo tem dupla intenção: mostrar a importância da Igreja no processo de diálogo entre as religiões; e, da mesma forma, mostrar que o diálogo deve ser feito também pela Igreja, mas a partir de Jesus Cristo, caracterizado no Reino de Deus.

Não é possível desenvolver uma teologia do diálogo inter-religioso sem levar em conta a própria missão da Igreja.⁹ Mas isso não significa que o diálogo deva ser desenvolvido primeiramente do ponto de vista eclesiológico. A Igreja está em função do Reino e o Reino é o meio pelo qual se expressa a salvação querida por Deus, na mediação de Jesus Cristo. Parece teologicamente correto propor o Reino como categoria primeira de diálogo, implicando a Igreja naquilo que lhe é próprio.

Convém ainda explicitar que esta tese parte do horizonte cristão católico. Mas em se tratando do tema do diálogo, o desafio se apresenta para o cristianismo como um todo. Então, colateralmente a Igreja é tomada como a expressão congregacional do cristianismo também visualizada na Igreja Católica e em outras diversas expressões. Embora o horizonte de reflexão seja católico, não significa que o tema seja desenvolvido de forma exclusivista. A recorrência às obras de autores de outras tradições cristãs ajuda a evidenciar este aspecto.

Depois de determinar a importância da relação entre Igreja e Reino esta pesquisa aborda o pluralismo religioso e o diálogo. Esse é o tema do segundo capítulo.

⁹ Cf. COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *O cristianismo e as religiões*. n. 62.

Numa época em que se aprecia o diálogo, a compreensão e a mútua tolerância é natural que surjam tentativas de desenvolver reflexões teológicas sobre o tema a partir de critérios que possam ser aceitos e partilhados entre as diversas tradições religiosas.¹⁰

Nesse horizonte se destacam os trabalhos de J. Hick e P. Knitter. Suas respectivas teologias do pluralismo religioso buscam criar consensos entre as diversas tradições para pautar o diálogo. Teocentrismo e reinocentrismo despontam como propostas.

Nas propostas de Hick e Knitter o cristianismo é desconstruído desde suas especificidades para se tornar dialogal. Temas fundamentais como a revelação, a mediação universal de Jesus Cristo e a encarnação do Verbo são descaracterizados quando interpretados como elementos teológicos construídos à base do mito e em linguagem analógica (Knitter) ou metafórica (Hick). São linguagens cujo valor é restrito, porque específico de um tempo e de uma cultura.

Essas propostas são contrapostas, nessa pesquisa, a partir da teologia de J. Dupuis que se caracteriza pela intenção de desenvolver uma teologia cristã em vista do diálogo inter-religioso. Assim, as categorias fundamentais do cristianismo são assumidas, sobretudo as de natureza cristológica.

Mas Dupuis insiste demasiado em trabalhar com algumas interpretações que denotam certas ambiguidades: acentua a distinção entre o caráter relativo da obra de Jesus de Nazaré em contraposição ao absoluto que só pode ser atribuído a Deus; Jesus de Nazaré não abarca a totalidade do Verbo/*Logos*. A questão aberta na reflexão do referido teólogo está na identificação da continuidade ou não da obra de Jesus Cristo em sintonia com a obra salvífica de Deus operada a partir do *Logos*.

Essas duas vertentes da teologia pluralista em vista do diálogo, cada qual a seu modo, implica em relativizar o dado cristológico. A partir desses limites e na tentativa de minimizá-los é que se apresenta o Reino de Deus como categoria cristã de diálogo.

Por opção metodológica o tema do Reino de Deus é desenvolvido a partir de três grandezas distintas: teológica, escatológica e histórica.

¹⁰ Cf. COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *O cristianismo e as religiões*. n. 6.

O terceiro capítulo se ocupa de mostrar o Reino como grandeza teológica. O tema da soberania de Deus, próprio da tradição judaica, é assumido radicalmente no ministério de Jesus. Para Jesus, o anúncio do Reino consiste no cumprimento da vontade de Deus. Mas ao fazê-lo, Jesus mesmo comunica sua experiência de Deus.

A intenção é mostrar que o Reino constitui um processo de revelação que mostra quem é Deus e qual é a sua vontade para o ser humano. O Deus revelado a partir do anúncio do Reino não é captado num conjunto de doutrinas ou expresso em definição de natureza filosófica. É mostrado na experiência de Jesus. Dessa forma, o Deus do Reino está próximo do ser humano.

A pesquisa de autores como Alfred Loisy e Johannes Weiss, ao acentuarem de forma demasiada a dimensão apocalíptica do Reino, permitiu uma abordagem também na perspectiva judaica, promovendo uma saudável revisão nas leituras acentuadamente cristocêntricas do Reino de Deus. É possível afirmar que Jesus comunica o Reino e o faz a partir de um conhecimento muito próximo de Deus.

Essa singular intimidade entre Jesus e Deus constitui elemento promissor para o diálogo inter-religioso. Embora o Deus do Reino seja concebido de forma confessional, certamente se apresenta como aquele que transcende os esquemas religiosos. A experiência de Jesus mostra algo que deve ser compartilhado, a partir do cristianismo, com as tradições religiosas: Deus está próximo do ser humano, promovendo o seu bem.

Além de ser lido como grandeza teológica, o Reino de Deus também é refletido como grandeza escatológica e histórica. Dentro do escopo dessa pesquisa, optou-se por trazer o capítulo sobre a escatologia do Reino de Deus anteposto à compreensão de natureza histórica. Normalmente é a perspectiva histórica que aponta para a escatológica. Porém, de acordo com as intenções bem específicas trabalhadas no quarto capítulo, parece adequada tal inversão. O intuito é mostrar a função escatológica e seu impacto na compreensão da religião.

O sentido da escatologia é qualificar a religião dando-lhe, ao mesmo tempo, transcendência e esperança com capacidade suficiente para impactar o presente.

A escatologia própria do Reino de Deus manifesta a soberania de Deus no mundo. Uma soberania que se dá num processo continuado que se direciona ao próprio Deus. A causa do Reino está, em definitivo, nas mãos de Deus.

Provavelmente quem mais acentuou a dimensão escatológica do Reino foi Rudolf Bultmann. Ao afirmar a impossibilidade de chegar até o Jesus da história, sobra apenas a fé da comunidade que projetou toda a expectativa messiânica própria daquela época em Jesus. Mas Jesus, no pensamento do Bultmann, já está envolto no querigma construído pela comunidade antiga. E a comunidade não se ocupa em anunciar o que Jesus anunciou, mas se concentra no seu retorno, um retorno glorioso, escatológico.¹¹

Assim, o Reino de Deus é o Reino do Cristo futuro, manifestado como escatologia futurística. Essas posições são contrapostas pelas reflexões de diversos biblistas e teólogos, entre os quais se faz referência a Joachim Jeremias, John P. Meier, Jürgen Moltmann, Walter Kasper, Wolfhart Pannenberg, entre outros. Em todos eles, fica mantida a grandeza escatológica do Reino de Deus. Mas se ressalta que a referida escatologia tem impacto na história.

A perspectiva escatológica do Reino de Deus aponta para a positividade do diálogo entre as diversas tradições religiosas. Primeiro porque retira o caráter absoluto e definitivo muitas vezes pretendido pelas religiões. Às religiões cabem qualificativos como caminhos, meios, sacramento. E, sem falsear ou dissimular as singularidades de cada tradição religiosa, todas elas tendem para Deus que é a razão da realidade.

Na lógica do Reino a escatologia incide de forma ativa na compreensão da realidade, carregada de sinais da soberania de Deus. A escatologia também serve para as religiões como uma espécie de marcador da experiência. As expectativas futuras, sempre otimistas, são buscadas no tempo presente. No Reino a realidade benfazeja, a realidade definitiva, é já experimentada na realidade presente como proposta engajada de transformação.

Essa característica aponta para a compreensão do Reino como grandeza histórica. É desse assunto que se ocupa o quinto capítulo desta pesquisa. A partir da referência bíblica, principalmente os Evangelhos sinóticos, é dito que o Reino de Deus está próximo. Jesus é a expressão visível e manifesta do Reino já presente. Nele Deus se manifesta de forma contundente. Para usar um termo

¹¹ Cf. Rudolf Bultmann. *Teologia do Novo Testamento*. Santo André: Academia Cristã, 2008. pp. 79-96.

desenvolvido a partir de José Castillo, Jesus evidencia o Reino na perspectiva da humanização de Deus.

No Reino de Deus há uma força transformadora. A corrente que melhor evidencia esse aspecto é a Teologia da Libertação que insiste em trabalhar, de forma mais singular, a dimensão histórica do Reino.

O Reino é mostrado de maneira bem específica nas opções de Jesus, donde despontam algumas perspectivas onde se destacam os destinatários preferenciais. Estes são normalmente os excluídos e massacrados pela configuração social e religiosa da época. Há uma clara indicação de que o tempo de felicidade não é somente dedicado ao futuro, no Reino a ser consumado para além da história, mas é proposta para o presente. A opção de Jesus pelos pobres, como síntese dos excluídos, e sua proposta de acolhê-los indica que este Reino já está acontecendo.

O quinto capítulo se encarrega de tornar essa realidade evidente, lida também na perspectiva do diálogo inter-religioso. Mais do que propor uma conversão universal na direção de reinocentrismo, a intenção é mostrar que o Reino provoca os cristãos a trabalharem pelas causas mais urgentes que afetam a realidade humana. A motivação é pautada pela fé em Jesus Cristo. Mas o que Jesus fez e ainda inspira fazer afeta a realidade de forma transcendente.

É preciso considerar que as opções de Jesus manifestam o comportamento dele próprio e também servem para estabelecer certos parâmetros de conduta para o ser humano religioso. No seu tempo histórico, Jesus rivalizou com lideranças religiosas por conta das opções assumidas. Aquela religião produzia um comportamento quase que universalmente verificado nas religiões com maior vitalidade histórica e presença social: a adequação e legitimação do *status quo*.

O objetivo é mostrar que o Reino manifestado na história constitui uma proposta que inspira e norteia a atuação do cristão, em diálogo com as demais tradições religiosas, colaborando na construção de um mundo adequado às expectativas do ser humano, segundo a vontade de Deus.

Há, naturalmente, limites próprios no desenvolvimento desta pesquisa. A dimensão universal do cristianismo e da mediação de Jesus Cristo não é tratada na perspectiva dogmática. Da mesma forma, não são aprofundadas a referência pneumatológica, bem como a percepção da ação do Espírito Santo em relação às

religiões. Sabe-se que, atualmente, o dado pneumatológico tem sido determinante em muitas leituras cristãs do diálogo inter-religioso.

Também não é desenvolvida uma reflexão ampla sobre a cristologia do *Logos*, um caminho assumido em muitos âmbitos para propor o diálogo. Ainda, cumpre dizer que essa pesquisa não se detém naquilo que é o modo próprio das outras tradições religiosas compreenderem a importância do diálogo. Em muitos momentos é apontado, de forma genérica, o valor das outras tradições, sem especificá-los. Todos esses possíveis limites temáticos não devem ser compreendidos como simplismos da pesquisa. São temas amplos e complexos, que poderiam comprometer a delimitação temática.

Todas essas perspectivas aparecem como elementos importantes quando se pensa uma teologia em vista do diálogo. Ao longo dos capítulos essas “carências” serão devidamente justificadas em virtude da opção assumida nesta pesquisa.